

O REFLORESTAMENTO COMO UM RECURSO NATURAL:
PROBLEMA ECOLÓGICO OU RACIONALIDADE?

Flávio H. M. Schlittler *

As reservas naturais remanescentes da antiga flora existente na Região Sudeste, e mais particularmente, no Estado de São Paulo, foram de um modo geral submetidas a vários processos contínuos de devastação. Inicialmente o fogo sempre esteve ao lado de interesses envolvendo aspectos econômicos do uso da terra. Por outro lado, houve a ocorrência da devastação seletiva, onde os melhores exemplares foram abatidos e utilizados em sucessivas explorações. As formações de mata ocorreram primitivamente no Estado de São Paulo em uma extensão de 190.00 km² e o cerrado "sensu lato" em uma extensão de 8.400 km² (TROPPEMAIR, 1969), sendo que estas áreas estão atualmente reduzidíssimas devido principalmente à ação antrópica durante o avanço da cafeicultura no Estado que exigia o sacrifício anual de milhares de hectares de florestas, conduzindo a situação para o clássico trinômio mata-agricultura-pasto.

De 81,8% da cobertura florestal primitiva existem hoje 8,33% apenas, e numa previsão para o ano 2.000, estima-se um percentual de 2% para a cobertura florestal do Estado de São Paulo (VICTOR, 1975). Na seqüência do processo evolutivo da posse e do uso da terra, aliado a Projetos Agropecuários de grande vulto, a devastação florestal do Brasil exibe um exemplo mais recente, observando-se que o Programa Nacional do Alcool (Proalcool), através de incentivos fiscais, tem contribuído para a desmatamento de áreas, tais como o cerrado paulista, antes consideradas não rentáveis para o uso intensivo.

As últimas florestas primárias, algumas das quais pertencentes ao Poder Público, estão atualmente sendo alvo

* Professor Auxiliar de Ensino do Departamento de Ciências Ambientais, IPEA-UNESP.

absoluta dessas plantas apresentava altos valores. SCHLITTLER et alii (1981) estudando o balanço hídrico de Eucalyptus paniculata Sm, em condições de cultura, concluíram que o suprimento hídrico foliar foi positivo na fase vespertina do dia e o andamento do balanço se aproximou do tipo anisohídrico. CAMARGO (1975; in RUSCHI 1976) afirma que na Austrália ocorrem formações de eucaliptos gigantes em áreas com índice pluviométrico por volta de 1.200 mm/ano, ocorrendo também várias espécies em bosques esclerófilos secos, cuja precipitação anual aproxima-se de 600 mm. OSÁRA & MIKOLA (1975; in RUSCHI, 1976) afirmam que reflorestamentos com o gênero Eucalyptus têm sido realizados no mundo inteiro, há mais de cem anos, em muitas áreas cujo índice pluviométrico é bem mais baixo do que 1.400 mm ao ano sem qualquer sinal de uma catástrofe ecológica.

Em relação ao Pinus sp, este gênero foi in introduzido durante a década de 1950/60, visando seu aproveitamento na indústria celulósico-papeleira. Atualmente, seu reflorestamento acha-se concentrado nas regiões de grande densidade demográfica, notadamente nas áreas compreendidas no polígono Caieiras, Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Salto e Mogi-Guaçu. Outra área que apresenta grandes reflorestamentos com este gênero compreende o chamado Vale do Aço, em Minas Gerais, para atender a indústria siderúrgica.

Segundo GURGEL FILHO (1970), a quase totalidade das áreas onde foram implantados os reflorestamentos com Pinus sp, até aquela época, são locais de ocorrência de cerrado, ou ainda, cerradões degradados. Atualmente, a área de reflorestamento aumentou consideravelmente, consubstanciada pela política do Estado de São Paulo, através do Instituto Florestal, que iniciou um plano de plantio anual de 10 milhões de coníferas, principalmente do gênero Pinus (VICTOR & MONTAGNA, 1970).

Os problemas ecológicos advindos da cultura de Pinus sp são vários. Além de não contribuir para a instalação de exemplares da fauna em seu interior, os pinheiros artificiais não permitem que nenhuma espécie vegetal invada sua área de ocorrência. O sombreamento é intenso e a queda de acículas formam um manto de serapilheria impenetrável sobre a superfície do solo. O alto teor de celulose deste manto retarda a decomposição microbiana, permanecendo durante muito tempo sobre o solo. Este retardamento da decomposição provoca uma queda na reposição de nutrientes, enfraquecendo o solo e tornando-o mais afeito à lixiviação.

Em 1966, com a aprovação da lei nº 5.106, o setor privado estimulou-se com os incentivos fiscais concedidos pela referida lei. No período de 1967 a 1973 foram reflorestados 1.310.053,78 hectares, com 2.950.000.000 de árvores, dos quais 51,10% são de Eucalyptus, 37,31% são de Pinus e o restante de Araucaria e frutíferas (BRASIL, 1974).

Esta política do reflorestamento, embora possa parecer efetiva, não conduz a resultados práticos eficientes. Nunca existiu um plano de zoneamento que atendesse às preferências ecológicas das espécies e muito menos às necessidades reais do mercado. Existem reflorestamentos, por exemplo, localizados na região de Suzano e Mogi-das-Cruzes, destinados a fornecer resinas e fenólicos ao polo petroquímico de Camaçari, na Bahia. A lei que estimula os reflorestamentos particulares através de incentivos fiscais, provocou, em várias regiões do País, o absurdo da retirada da floresta nativa para que se realizasse o reflorestamento posterior.

A definição de metas de um programa de conservação de recursos naturais renováveis esbarra em problemas críticos, de ordem social, econômica, tecnológica e de desenvolvimento. Os reflorestamentos comerciais, de exploração intensiva, desde que calcados em bases racionais, poderiam ter vindo para salvar as últimas áreas naturais remanescentes, pois as necessidades crescentes do mercado de madeiras poderiam ser supridas com o fornecimento feito pelas florestas artificiais.

Por outro lado, este "purismo" ecológico existente, contra todas as espécies não nativas introduzidas, leva a um estado de polêmica que longe de resolver o problema, apenas o agrava. Segundo CRONQUIST (1971), "não é possível restaurar o passado por inteiro, nem preservar o futuro". Revela esta máxima um determinismo atávico que nos leva à suposição de uma "segunda Natureza", já submetida pelo homem, impelindo-o a reclassificar seus ecossistemas numa adequação às novas condições impostas.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Boletim Informativo, 1974.
- CAMARGO, A.P. "Estão plantando um deserto?" (1975: 24-26). In: RUSCHI, A. O Eucalipto e a Ecologia. Boletim do Museu de Bio

- logia Professor Mello Leitão, 44, 1976: 1-61.
- CORSO, G.M. Estudo sobre a transpiração em diferentes espécies de Eucalyptus, sob a influência de fornecimento de água ao solo. Ciência e Cultura, São Paulo, SRPC, 16, 1964: 152.
- COUTINHO, L.M. Área de Ecologia. Academia de Ciências do Estado de São Paulo. São Paulo, 1976.
- CRONQUIST, A. Adapt or die! Bulletin Mond. Botanique Naturaliste Belgicien. 41, 1971: 133-144.
- FRANCO, C.M. e INFORZATO, R. Transpiração de Eucalyptus saligna Sm. em condições de cultura. Phyton, 24, 1967: 35-41.
- GURGEL FILHO, O.A. Pesquisa e experimental com Pinus sp no Estado de São Paulo. Silvicultura em São Paulo. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 7, 1970: 127-146.
- MARTINS, F.R. O método de quadrantes e a Fitossociologia de uma floresta residual do interior do Estado de São Paulo: Parque Estadual de Vassununga. São Paulo, USP, 1979 (mimeografado).
- OSARA, N.A. e MIKOLA, A. O impacto das plantações de eucaliptos no equilíbrio das águas. (1975: 26-28). In: RUSCHI, A. O Eucalypto e a Ecologia. Boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, 44, 1976: 1-61.
- RUSCHI, A. O Eucalipto e a Ecologia. Boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, 44, 1976: 1-61.
- SAMPAIO, A.N. Ligeiras notas históricas e estatísticas. Rio Claro, Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, 1958, p. 11.
- SAMPAIO, A.N. Edmundo Navarro de Andrade: um pouco de sua vida e de seu trabalho. Jundiaí, Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, 1959, p. 22.
- SCHLITTLER, F.H.M.; NARDONE, J.D.; DE MARINIS, G. Balanço hídrico de E. paniculata Sm. e de duas infestantes. Anais do II Seminário Regional de Ecologia. São Carlos, UFSCAR, 1981:87-109.
- TROPPEMAIR, H. A cobertura vegetal primitiva do Estado de São Paulo. Biogeografia. São Paulo, USP-IGEOG, 1, 1969: 1-10.

VICTOR, M.A.M. "Cem anos de devastação". In: Suplemento do Centenário. São Paulo, O Estado de São Paulo, 13, 28/3/1975.

VICTOR, M.A.M. e MONTAGNA, R.G. Análise panorâmica da situação florestal e efeito da lei dos incentivos fiscais em São Paulo. Silvicultura em São Paulo, São Paulo, Secretaria da Agricultura, 7, 1970: 7-18.

VILLAÇA, H. e FERRI, M.G. Transpiração de E. tereticornis. Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo, USP, 173, 1964: 3-30.